

INTERPOSTO INTERDITO: UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL DA INTERDISCIPLINARIDADE.

Interdicted interposition a Perspective Phenomenological-Existential Interdisciplinarity.

Interposición prohibida una Perspectiva Fenomenologica-Existencial de la Interdisciplinarietà.

Nara Cristina Moreira Almeida

NOMEAR – Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia (FCA/Unicamp)

RESUMO

Este trabalho propõe uma possível introdução a uma perspectiva fenomenológico-existencial da interdisciplinaridade, assumindo diálogos com elementos que ensejam seu aparecimento a partir dos limites históricos e epistemológicos das ciências modernas e dos limites da própria existência no que se refere às estruturas do entendimento. Toca-se na coincidência ou no encontro entre o conhecimento/entendimento e a não-significativade. Aborda-se brevemente a biopolítica neste contexto. Propõe-se diferentes interpretações quanto à interdisciplinaridade, destacando-a como um interposto interdito. A escrita assume caráter ora metafórico, ora descritivo e faz menção a experiências ocorridas na atuação profissional da autora em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do estado de São Paulo, a título de narratividade e embasamento situacional.

Palavras-chave: Intempestivo; Contemporâneo; Ontologia; Biopolítica

ABSTRACT

This work proposes a possible introduction to a phenomenological-existential perspective of interdisciplinarity, assuming dialogues with elements that allow its appearance from the historical and epistemological limits of modern sciences and the limits of the existence with regard to the structures of understanding. It touches on the encounter between knowledge / understanding and non-significance. Biopolitics is briefly addressed in this context. Different interpretations of interdisciplinarity are proposed, highlighting it as an interdicted interposition. The writing takes on a metaphorical, sometimes descriptive character and refers to experiences that occurred in the author's professional performance in a Psychosocial Care Center (CAPS) in the state of São Paulo, as a narrativity and situational basis.

Keywords: Untimely; Contemporary; Ontology; Biopolitics

RESUMEN

Este trabajo propone una posible introducción a una perspectiva fenomenológica-existencial de interdisciplinarietà, asumiendo diálogos con elementos que permiten su aparición desde los límites históricos y epistemológicos de las ciencias modernas y los límites de su propia existencia con respecto a las estructuras de comprensión. Toca la coincidencia o el encuentro entre conocimiento / comprensión y falta de significación. La biopolítica se aborda

brevemente en este contexto. Se proponen diferentes interpretaciones de la interdisciplinariedad, destacándola como una interposición prohibida. La escritura adquiere un carácter metafórico, a veces descriptivo, y se refiere a experiencias que ocurrieron en la actuación profesional del autor en Centro de Atención Psicossocial (Caps) en el estado de São Paulo, como narratividad y base situacional.

Palabras clave: Intempestivo; Contemporáneo; Ontología; Biopolítica

O DESENHO DE UMA QUESTÃO

A reunião acontecia com todos aqueles profissionais convocados à cidadania. Desenhavam impressões, diagnósticos e projetos interventivos. Tão cedo aprendiam a compor sintaxes de “caracteres personalísticos” quanto mais se entretinham com seus procedimentos, gestos e maneirismos. Práticas que se solidificavam em torno a uma percepção mais ou menos compartilhada de sujeito e de instituição, cujo agente mobilizador é quase que majoritariamente “o cientista”. Sustentáculo de racionalidade para aqueles, ele configura a circulação dos lugares de saber, cingido ao que para uma perspectiva nietzschiana e, sobretudo, foucautiana, são os lugares do poder.

Aquele que fala em nome da ciência, isto é, aquele a quem se atribui o aval da composição de uma resenha *sobre* um determinado objeto, é o homem moderno. Homem moderno não como a tipificação de uma idade historicamente localizada, mas sim, à maneira de Heidegger (1927, 2012), o homem moderno como modo de ser-no-mundo. E que, sob uma perspectiva política, é o homem do Estado justo e burguês (Adorno; Horkheimer, 1944, 1985).

A reunião acontecia em uma instituição de saúde mental. Trata-se de uma concepção de serviço público baseada na ideia de um Estado provedor ou produtor de saúde mental, que implica um conjunto de ações cientificamente engajadas, e responde à proposta de reforma psiquiátrica como crítica à estrutura asilar de exclusão dos sujeitos considerados inaptos à vida social (Amarante, 1995). Mas, refletindo em específico o que pode esta ação cientificamente engajada, enquanto braço do Estado, garantir em termos de saúde mental, desenha-se um campo de discussões epistemológicas cuja fundamentação desemboca no sentido e na fundamentação radical da ideia de interdisciplinaridade.

Este texto emerge do trânsito entre uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA) da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cujo título é “Da Religação Interdisciplinar à Religação Ontológica: percursos de uma tentativa de reaproximação entre conhecimento e vida” (Almeida, 2019), e a atuação profissional como psicóloga em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do estado de São Paulo, que atende crianças e adolescentes na faixa etária de zero a dezoito anos.

Questiona aspectos que entrecruzam essas experiências, abordando-as de maneira ora metafórica, ora narrativa, tal como concebe Ricoeur (1983, 1994), quanto a uma incompatibilidade com uma interpretação literal da frase, ao mesmo tempo em que busca provocar um deslocamento de sentido segundo uma imaginação produtora e voltada às esferas do não-dito, que tem como função colocar em jogo novos elementos a despeito das categorias usuais de linguagem.

A LETRA E O MUNDO

Uma ação cientificamente engajada é sinônimo de garantia? Historicamente o percurso das ciências é um cerceamento disso. E diz respeito a algo como a relação estabelecida entre a letra e o mundo. Entre letra e mundo não há uma relação de causa e efeito, como a que existe entre domínios de coisas objetivamente instituídas. Há uma peculiaridade na relação deste tipo, que se deve ao fato de que ambos estão fundamentalmente implicados, sem que isso signifique a determinação de um pelo outro.

Fenomenologicamente, a letra se dirige ao mundo, busca captá-lo. Por seu turno, mundo não é passível de captação como algo a ser dominado, mas tão só na condição de que a letra o capta porque dele emerge e a ele se dirige: mundo é, portanto, o horizonte e o destino da letra, em seu caráter de “dirigir-se a”, no sentido de uma coexistência fundamental.

Na letra cabe ciência. Simboliza seus ícones de instrumentalização. A letra por excelência da ciência é o número. Quantifica e estratifica em abecedário o mundo. Controla-o. Porque o número é a promessa da letra para a ciência moderna. Seu *pathos* de resolução definitiva das questões, emblemas e embates. O número é a letra em seu século das luzes: o conhecimento como a disciplina de todas as coisas. O homem letrado no sentido moderno é o homem resoluto.

Que se busca nas reuniões de saúde mental senão que a “solução” quanto aos sujeitos “doentes mentais”? Necessária composição que não surge antes do século XIX, uma vez que dela depende a tipificação de uma categoria específica a fim de separá-la das demais – a experiência da loucura anterior a este período era bastante polimorfa, recebendo nuances interpretativas variáveis e com estreita vinculação religiosa, social e excludente, cuja função se liga, sobretudo, ao controle moral dos sujeitos (Foucault, 1961, 1978).

Afirmávamos que letra e mundo estão fundamentalmente implicados, sem que isso signifique a determinação de um pelo outro. Que a letra se dirige ao mundo, não no sentido de uma dominação, mas no sentido de uma coexistência. E afirmamos também que a letra por excelência é o número, como *pathos* de resolução definitiva das questões e disciplina de todas as coisas.

No que tange à reunião sobre os “doentes mentais”, tais afirmações podem ser expressas da seguinte maneira: há um desvio essencial na ideia que circunscreve a letra (entendida aqui metaforicamente como o conhecimento científico moderno) como a resolução definitiva das coisas: a doença mental não é “solucionável” assim como mundo não é “solucionável” do ponto de vista de uma grafia, senão que seu alcance seja tão só a expressão desta referida coexistência, que imprime à palavra a condição e o alcance de um “modo” e de um “como”.

O *pathos* da resolução definitiva, da disciplina e da pretensão à garantia das coisas torna-se o *pathos* do mundo, na medida em que deixa de traduzi-lo para se propor a encerrá-lo, encapsulá-lo, sedimentá-lo na letra a tal ponto em que esta ditará mundo, tal como o ditador dita: a doença mental é o *pathos* da dominação, tanto quanto mundo, em sua condição patológica, é o *pathos* da letra.

Letra e mundo devem, então, dedicar-se à lida com seus próprios limites. Limites que significam não somente a lida com o alcance ou não alcance de seus propósitos. Mas também, partindo de uma implicação mútua e fundamental, significa a lida com a “produção” de um mundo, tal como preconizam as peculiaridades das ciências modernas.

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO CONTEMPORANEIDADE.

Agamben (2007, 2009), em seu texto “O que é ser contemporâneo”, parte de uma perspectiva nietzschiana para considerar um modo próprio de lidar com o tempo presente que se caracteriza por uma discronia ou por um anacronismo que faz distanciar deste tempo aquele que vive – denominado o intempestivo. O intempestivo é aquele que percebe não as luzes de seu tempo, mas seu escuro e suas trevas. E para o autor, só é capaz de percebê-lo porque não coincide exatamente com ele (com o tempo).

Quando se estabelece um questionamento voltado para os limites do conhecimento científico moderno, entendido em seu caráter positivo de resolução, de garantia, de disciplina e dominação das coisas, há que se levar em consideração não somente a derrocada de um projeto de humanidade em seu sentido macro e histórico, mas também a peculiaridade deste acontecimento em seu sentido ordinário e fundamental, isto é, existencial.

As limitações do conhecimento científico moderno, sob o viés fenomenológico-existencial, tratam de um modo próprio de absorver-se no mundo cujo encontro com cada coisa desvela o cientista encontrando-se a si mesmo. O que, na especificidade daquela reunião de profissionais atuantes em saúde mental significa levantar a seguinte questão: a garantia de acesso à saúde mental é prerrogativa do Estado e se viabiliza segundo a confiança nas técnicas científicas. Em outros termos, o Estado acredita que o cientista garantirá saúde mental a seus cidadãos. Mas como o cientista se percebe neste lugar hoje?

O que a reflexão se propõe não diz respeito ao escopo e alcance da democracia, mas sim ao escopo e alcance de uma determinada concepção de ciência.

Sabemos que a ciência moderna se legitima a partir de referenciais da eficácia. Seus métodos e técnicas carregam, na inauguração de seu projeto, a fidelidade ao lugar do cientista como aquele a quem se confia a resolução dos problemas (Kuhn, 1962; 1975). O cientista moderno é aquele que “numerificou” a letra, tornando possível a constituição de um mundo quantificável e, portanto, calculável, e ainda, solucionável.

Mas, porque entre letra e mundo não se configura uma relação direta e sim aberta, o efeito se fez inverso, tal como descreve Amarante (1995) quanto à especificidade da constituição daquilo que se entende por saúde mental, ou melhor, como as práticas em saúde mental. Em primeiro lugar, está o distanciamento decorrente do caráter impositivo que assumiram as ciências em relação às coisas. A doença mental não só encobriu o sujeito, fazendo-o prisioneiro deste lugar social, como também tornou inacessível tudo aquilo que no seu contato desvela ser-sujeito. Em segundo lugar, está o alcance propriamente epistêmico de seu projeto. A ideia de absoluta eficácia que imputa ao cientista capacidades e garantias irrevogáveis fica comprometida no momento em que os referenciais absolutos são relativizados. O doente mental não existe “em si”, mas relativamente e a partir de uma determinada concepção e construção conceitual de saúde e doença. E, em terceiro lugar, está a necessidade de criação de repertório teórico que dê conta da nova configuração das possibilidades das ciências, que são possibilidades significativamente limitadas quando se leva em consideração as características já mencionadas que inauguraram as ciências modernas. A ciência enquanto saber absoluto vai como que se dessacralizando. Retira-se sua condição de lugar estanque, garantido e seguro, estabelecendo-se necessidades cada vez mais reversíveis, flexíveis e complexas. Se o doente mental não é mais “em si”, que poderia ser se não que um conjunto de fatores entrecruzados? A quem se atribui a ciência sobre o doente mental senão que a um conjunto de ciências com objetos distintos?

O que caracteriza o escopo dessas transições não é, todavia, um senso de evolução do conhecimento. Antes, trata-se de um sentido de indecidibilidade entre apogeu e crise das ciências, associada a uma dificuldade de o cientista se situar em relação àquilo que faz (Prigogine; Stengers, 1984, 1991). Boaventura de Sousa Santos (1989, 2003), na obra “Introdução a uma Ciência Pós-Moderna” apresenta uma leitura desta situação nos termos de uma coincidência entre apogeu e declínio da dogmatização. Em outra obra, o autor aborda uma sensação de perda da confiança epistemológica “tanto mais estranha quanto não sabemos ao certo o que estamos em vias de perder” (SANTOS, 1987, 2008, p. 17).

Beck (1996, 2011), aprofundando as transições mencionadas, descreve a situação a que se lançam as ciências a partir do século XX, cuja principal característica evoca o impositivo de se verem confrontadas com uma série de riscos e ameaças decorrentes da

própria atuação. Não sendo mais capazes de garantir as seguranças que lhes eram solicitadas, passam a atuar a partir de um revezamento entre transparência e ocultação, ora pendendo a jogar contra ciências vizinhas tentando identificar fragilidades como oportunidades mercadológicas, ora se esforçando para se adequarem a diferentes formas de sensibilidade pública como tentativa de compensar a credibilidade perdida.

Nesse sentido, conforme afirma Latour (1991, 1994), o projeto de modernidade não se sustentou, devido à criação de zonas ontológicas diferentes para uma realidade que, por ser híbrida, não pode ser ramificada. Ser “moderno”, para o autor, define-se então com mera pretensão à assimetria e ruptura com “não ser moderno”. Uma artificialidade que resultaria no fato de que os modernos se tornaram incapazes de se pensarem.

Todos esses elementos ensejam a condição de um cientista lançado ao modo de ser contemporâneo, tal como descrito por Agamben (2007, 2009). Não que tenham deixado de ser cientistas, mas que tenham se percebido na condição de serem anacrônicos às luzes do conhecimento positivo. Carregam em si o intempestivo, e permeiam um dúbio estatuto das ciências: ápice e crise.

Assim, poderíamos pensar a interdisciplinaridade como um sintoma disso? Algo que, como que permeando concomitantemente ápice e crise, evoca intempestividade no sentido de um alojar-se distanciando-se? Uma prática instalada entre o que pretende e o que não pode alcançar e que busca uma adequação a essas limitações?

Evidentemente, a interdisciplinaridade pode ser entendida de diferentes maneiras, mas o fundo existencial a partir do qual surge carece de ser posto em evidência. O intempestivo não é puramente ou propriamente um pessimista. Antes, é um modo de auto apropriação de si, na relação com o próprio tempo. O cientista enquanto intempestivo é caracterizado por um deslocamento: pauta e referência sua prática na ciência disciplinar, mas não acredita mais nela.

Neste sentido, interdisciplinar, a despeito da concepção comum de “entre disciplinas”, pode ser compreendido também por seu apelo mais fundamental, qual seja: ser lançado a uma condição intermediária entre o conhecimento positivo e sua interdição. Enquanto atitude que assume as sombras das propostas disciplinares, trata da assunção de uma responsabilidade que aponta para os interstícios do conhecimento – a esfera de questionamentos que dizem respeito a perguntas que não tem respostas e a embates que não têm soluções.

UM CONTO SOBRE A ANGÚSTIA.

Lia era uma garota de treze para quatorze anos de idade. Silenciosa na fala, sedenta de ouvidos. Escuta músicas em casa sozinha, em seu quarto, com o par de fones.

Gosta de rock. Havia um quadro e ela fez desenhos com um giz. Um rosto grande de uma menina, e do lado um barco pequeno que parecia flutuar distante. Não havia nem sol ou chuva, nem destino. Era só o barco e a água.

Chegou à instituição por um encaminhamento médico que solicitava avaliação devido a “desmaios a esclarecer”. O histórico levantado em triagem conta que vive com a mãe adotiva desde os oito meses de idade, porque foi flagrada em situações graves de maus tratos provocados pela mãe biológica, usuária de substâncias psicoativas e soro positivo. O pai também é usuário. Separaram-se mais ou menos à mesma altura em que a filha foi para o abrigo. Lia não sabe de sua história (sabe apenas que foi adotada quando era bebê), porque os atuais responsáveis por seu cuidado têm “medo de traumatizá-la”.

Oi Lia, eu sou a psicóloga desta instituição e vamos passar um tempo juntas. Gostaria de dizer que tive acesso a algumas informações sobre sua história e estou disponível para você se quiser conversar sobre ela. Caso não queira conversar, você pode escolher qualquer atividade para fazermos juntas: desenhar, escrever, assistir algum filme, fazer um bolo ou conversar sobre algum outro assunto que prefira.

Lia estava em silêncio. Custavam-lhe as palavras, ao mesmo tempo em que se lhe impunham tanto que ela estava ali, presa àquelas que por muito tempo lhe foram caladas. Agarravam-lhe a garganta, latejantes, doloridas, inflamadas. Não saíam tal como não saem os gestos espontâneos em um cárcere de treze anos, que quando se mostram, rebelam-se duros demais.

E porque recebera amor, Lia entendia que haveria de guardá-las todas. Seja por medo ou gratidão. “*Não se fala nessas coisas*”, ecoava aquela nova-velha casa, muito caracterizada por seus espaços e lacunas, tal como o abismo que havia entre o rosto da menina e o barco, e entre o barco e o resto do mundo. As palavras custavam a sair porque nunca se sentiram autorizadas a isso. Era preciso que outra voz o fizesse, que outra voz as tocasse. Mas isso só seria possível se Lia habitasse aquela sala como se habita uma caixa de segredos.

“*Eu quero falar sobre o meu vazio*”, disse optando pela coragem, podendo ter escolhido qualquer outra atividade que fosse mais capaz de encobri-la – ela que sempre foi encoberta e que só pôde ser assim. A psicóloga se fez ouvidos. Atenta àquela versão. Traduzindo afetos e situações, e desvelando na radicalidade desta história a necessidade fundamental que levava Lia até os atendimentos: o direito à própria história como o direito à própria existência.

O vazio de Lia era angústia. Angústia de uma vida não nomeada, ausente de rosto e de fatos. Quem é a mãe? O que havia acontecido? Angústia que era a impossibilidade de sentir raiva ou desejo de vê-la. Era aquele buraco de existência sem uma especificidade à

qual pudesse se dirigir. Um não direcionamento, um “vagar” na indeterminidade de quem não nasceu.

Não poderia ter nascido? Foi isso?

Condição anterior ao trauma: corporificação da exaustão de uma vida tecida na desesperança da não-significatividade.

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO INTERPOSTO INTERDITO.

Narrado isso, Lia precisava falar sobre o seu vazio. Aquela marca de existência.

Heidegger (1927, 2012), em “Ser e Tempo”, sob a tentativa de reformulação de todo um modo de pensar ocidental baseado e reduzido à ideia de entes categorizados, levanta a necessária relação entre ser-no-mundo e entendimento de ser, no sentido de uma compreensibilidade existencial essencial à facticidade ela mesma que denota: ser, como ente que somos, é aquele que se entende a partir da própria existência.

De saída, o termo ser-no-mundo já implica uma condição de co-constituição na qual ser lançado, ser afetado, e habitar um mundo denota que ser é seu mundo, é a ele referenciado no sentido de uma significatividade vivida e fundante. Em outros termos, ser é seu aquilo-em-vista-de-quê (Heidegger, 1927, 2012). Entendimento que, segundo o autor, não é nem um conhecimento em seu caráter de subsistência, nem uma percepção imanente de si, mas que diz respeito ao ser mesmo como existir, aquilo que lhe dá efetivamente seu caráter de existência. Isto é, existir é essencialmente entender-se; ser-no-mundo é essencialmente entender-se-no-mundo.

O que a história de Lia faz transparecer é que quando a dimensão do entendimento de si lhe é negada, negasse-lhe também a dimensão da própria existência – Lia precisava falar tanto quanto precisava existir, e falar em seu sentido radical que implica também ser ouvida. A necessidade irrevogável de elaboração das experiências nos termos de um nome que traduza o encontro com as coisas, isto é, que traduza o modo como se é afetado pelo mundo, demarca esta íntima condição do entendimento, qual seja: o entendimento se impõe à existência.

Esta dimensão existencial do entendimento, quando pensada no sentido de uma história das ciências, oferece elementos que embasam de maneira significativa o fundamento ordinário da ideia de interdisciplinaridade, isto é, como que existencialmente algo assim como a interdisciplinaridade foi possível, levando em consideração o percurso histórico das ciências positivas.

Vimos que no desenrolar de seus desenvolvimentos, essas ciências se encontram na situação de uma coincidência entre ápice e crise de seus pressupostos e lugares. Denominamos contemporaneidade o modo pelo qual o cientista passa a se relacionar com as

ciências, delas distanciando-se (apreendendo-as não mais por suas luzes), e propusemos a interdisciplinaridade como uma condição intermediária entre o conhecimento positivo e sua interdição, balizada sobretudo por suas limitações epistêmicas.

Agora, aprofundemos a reflexão, abordando-a sob o ponto de vista mais propriamente existenciário. Se o entendimento se impõe à existência, sendo em relação a ela co-constitutivo, isto significa que as ciências não se definem por serem meramente um instrumento a que o cientista lança mão em sua relação com o mundo. Sob uma perspectiva heideggeriana, o conhecimento é estrutural quanto a ser-no-mundo.

Por outro lado, encontra suas limitações não somente em seus projetos, mas também enquanto existência. A assinalada abertura a que Heidegger (1927, 2012) propõe sua analítica demarca um aspecto que, passível de correspondência com o modo de ser intempestivo, lança ser-no-mundo (entender-se-no-mundo) nas esferas do infundado e do sem-sentido. Assim como o intempestivo se distancia do próprio tempo, ser-no-mundo apreende-se distanciado de si.

A angústia de Lia diante da ausência de rosto e de fatos não demarca somente uma biografia ou uma condição existencial particular. Ser-no-mundo é, como tal, indeterminado, não direcionado, de tal modo que por mais que haja nascimentos e mães, a existência ela mesma toca um sentido de orfandade: ser-no-mundo é ser lançado à responsabilidade de si, de tal forma que cada situação é demarcada por escolhas e cada escolha põe em jogo a existência inteira – ser dejectado, termo heideggeriano.

Evidente que há a necessidade de ponderação das peculiaridades e diferenças. A angústia de Lia se atende com escuta e encontro. A angústia existencial propriamente dita não se atende de maneira alguma. Ambas, porém, revelam este aspecto de indeterminidade e de não-significatividade. A angústia existencial coloca mundo como desimportante. O que angustia não é nada em específico, isto é, a angústia não está em parte alguma. Antes, afirma Heidegger (1927, 2012), é ser-no-mundo ele mesmo, como mera possibilidade.

O essencial desta discussão está em que, para o autor, a angústia é o fenômeno mais originário de ser-no-mundo. Na angústia, ser-no-mundo se sente “estranho”. Estranhamento que diz respeito, segundo Heidegger (1927, 2012), a um não-estar-em-casa, a um senso de isolamento que desfaz a familiaridade com as coisas e consigo mesmo.

Sob esta perspectiva, qual o lugar da interdisciplinaridade senão que a expressão institucionalizada de uma condição existenciária de um interposto interdito? Por um lado, impõe-se uma necessária relação entre ser-no-mundo e entendimento de ser. Co-constituição na qual ser é referenciado e absorvido em mundo, de tal modo que ser é seu aquilo-em-vista-de-que. Por outro, a existência mesma se apresenta sob o aspecto da não-significatividade. Mundo é colocado como desimportante e lança ser-no-mundo à estranheza de si.

A interdisciplinaridade pensada como interposto interdito evoca esta tenuidade: o entendimento se impõe como ser-no-mundo e, no instante mesmo em que se realiza, arrebatá-lhe a não-significatividade, angústia que remete ser-no-mundo a uma condição de estranhamento. Nestes termos, que tipo de conhecimento teria terreno senão que aquele que implica a indecidibilidade entre a confiança e a descrença em sua própria eficácia? A concomitância entre ápice e crise não se reduz a uma transição localizada historicamente no percurso das ciências, como também não se reduz a um modo de apropriação caracterizado pelo distanciamento em relação ao próprio tempo, identificando-o a partir de seus escuros. Tudo isso ganha dimensão fundamental e originária quando se questiona essa condição existencial ela mesma.

INTERDISCIPLINARIDADE COMO BIOPOLÍTICA.

A instituição não possui grades ou muros muito altos. Tampouco é aberta. Os funcionários abrem e fecham o portão principal, assim como acompanham a realização de qualquer atividade. Não fossem essas atitudes, a instituição seria de fato uma casa. Há vídeo-game, mesa de ping-pong e paintball. Os profissionais almoçavam com os usuários do serviço. Cada pessoa lavava o próprio prato.

Embora trate saúde mental, as rotinas não caricaturam imaginários da loucura, com gritos e práticas de contenção, embora já tenham sido utilizadas em situações específicas. As demandas são em geral: depressão, ansiedade, autismos, automutilação, evasão escolar, uso de drogas e, em alguns casos, suspeita de abuso sexual. A faixa etária assistida é de zero a dezoito anos. Chegavam por pedidos de ajuda espontâneos da família ou por encaminhamentos de toda ordem: unidades básicas de saúde, Conselho Tutelar, serviços de assistência social, instituições escolares, ministério público.

Após acolhimento e realização de escuta dos pais e da criança ou adolescente, discute-se em reuniões acontecidas semanalmente os devidos procedimentos e/ou encaminhamentos a serem realizados. As opções são atendimentos individuais ou em grupo, oficinas de esporte ou música, incluindo atendimentos dos pais e, no caso de encaminhamentos, elege-se o tipo de serviço mais adequado às necessidades identificadas.

Para cada criança ou adolescente é definido um profissional de referência. Este profissional é o que realizará a maior parte dos atendimentos e intervenções no caso, acompanhará a evolução do enfrentamento da demanda e o andamento dos atendimentos no caso de atividades realizadas com outros profissionais. Destaca-se que o principal fator a ser considerado na relação entre a criança / adolescente e o profissional de referência é o vínculo afetivo.

A duração do tratamento varia conforme a resposta de cada paciente. A assiduidade é levada em consideração e, a depender da gravidade do caso, aciona-se o Conselho Tutelar para notificação dos pais quanto à importância da adesão. O perfil que apresenta maior dificuldade de adesão é de adolescentes usuários de substâncias psicoativas e, em muitos casos, reincidentes quanto a comportamentos delinquentes.

Nesses casos, há possibilidade de realização de tratamento intensivo em instituição fechada através de internação compulsória, o que é realizado pela via de relatório médico-psiquiátrico ao ministério público e depois de esgotadas todas as tentativas de recuperação. Uma vez dada liberação para internação, a instituição tem o prazo de uma semana para recolher o adolescente e acompanhá-lo até o local do tratamento, sob pena de multas diárias aplicadas sobre o orçamento municipal. O procedimento é realizado com apoio do serviço de urgência e emergência (SAMU), acompanhado pela guarda municipal e, em casos específicos, pela Polícia Militar. Há também casos em que são realizadas visitas a fundações, a fim de viabilizar adesão ao tratamento no momento em que o adolescente concluir a pena de reclusão.

Aragão e Beatriz foram dois desses adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar por uso de substância psicoativa, maconha e cocaína. Ambos passavam dias evadidos de casa e da escola. E ambos foram internados. Os contextos familiares também apresentam semelhanças. A mãe de Aragão é alcoolista e a mãe de Beatriz já fora internada, também por uso de cocaína. Além de irmãos e primos usuários, incluindo prisão por tráfico de drogas. Aragão saiu da primeira internação e está atualmente aguardando uma segunda, enquanto responde judicialmente por oito boletins de ocorrência. Beatriz está em processo de tratamento na mesma instituição em que a mãe fora internada e por iniciativa desta.

Os discursos que circundam os adolescentes apresentam elementos complexos e heterogêneos. Há que se destacar que são sempre discursos proferidos pelos adultos responsáveis e por concepções sedimentadas no interior da própria instituição. Por um lado, o discurso do risco a que estão expostos, não somente em termos bioquímicos da dependência, mas sobretudo pelo acesso e participação em uma cultura da delinquência. Sob este ponto de vista, o papel das instituições visaria à proteção do adolescente. Por outro lado, o discurso do risco que representam aos demais, pelos mesmos motivos. Sob este ângulo, o papel das instituições visaria à proteção da sociedade.

Tal como com Aragão e Beatriz, é bastante comum que pais ou responsáveis profiram discursos sobre os filhos que dizem respeito a dificuldades que lhes são próprias. Pais ansiosos se queixam de filhos hiperativos, pais depressivos se queixam de filhos desinteressados, e assim sucessivamente. Via de regra toda demanda se apresenta como a expressão de um contexto. E aquele a que se submete tratamento não representa a

individualização do problema, senão que tão só é o “lado mais fraco” das estruturas de poder estabelecidas, a começar pelos poderes constituídos na instituição familiar.

Levamos inicialmente a questão do alcance do conhecimento, colocando entre parênteses o alcance da democracia. Discussão levada a cabo até o ponto de encontro entre a ambígua condição histórica e epistêmica das ciências e a ambígua condição existencial ela mesma. Mas não se levou em consideração, em sua importância devida, que entre as formas estabelecidas de Estado e entre as formas estabelecidas de ciência não há uma separação tão clara.

Agamben (1995, 2002), na esteira de Michel Foucault e Hannah Arendt, oferece-nos elementos indispensáveis para refletir essa questão. É importante demarcar que a concepção que atravessa os escritos desses autores abarca a ideia de um Estado que forma sujeitos disciplina-os, normaliza-os, através de suas técnicas, instituições e práticas. Agamben aborda a questão sobre a inscrição da vida nos dispositivos de poder, caracterizando o que denomina biopolítica: uma forma de poder estatal (para o autor, atual) que tem na vida natural ou biológica o objeto de seus mecanismos e cálculos.

Trata-se de uma captura e de uma imposição: viver deve se transformar em “viver bem”, ou seja, a ideia de que a vida só pode ser politicamente assistida enquanto vida adequada. Nessas condições, a vida se torna objeto de ação política na medida e somente na medida em que seja também objeto de exclusão. Em outros termos, é incluída na cena política somente na condição de ser excluída, porque não é admitida em seu “fato bruto”, mas somente como matéria de ordenamento. Neste sentido, salienta o autor, a relação com a norma é uma relação de abandono, na medida em que a lei vigora, mas não significa – potência vazia, vigência sem significado.

O que isso revela em termos do esforço de repensar as ciências enquanto um esforço de repensar a política tradicional é uma questão importante. Mas o aspecto que nos cabe agora destacar é o caráter de indecidibilidade que se instala na realização de uma prática de conhecimento que não se completa e que não se alcança. Ressoando Foucault (1961, 1978), é a instituição saúde enquanto um híbrido de polícia e justiça, que pende entre poderes que julgam e executam, atravessado pelo desejo de ajudar e reprimir, pelo gesto que pune e pelo gesto que cura.

A que se deve a imposição de tratamento a Aragão e Beatriz senão que uma decisão propriamente política, ou melhor, biopolítica? Dos portões à inspeção das atividades, do diagnóstico à possibilidade de tratamento intensivo com apoio de órgãos de fiscalização, que se põe em jogo senão que o monopólio decisório sobre como se deve viver e que tipo de vida é aceita?

O que se coloca em questão não é a necessidade propriamente dita de uma determinada forma de tratamento. Não se trata de nos abster de questões que acometem os

adolescentes, de modo a não lhes oferecer cuidado. O que se questiona é que aquilo que é oferecido e denominado como uma ação em saúde mental, com vistas à “puramente” saúde mental, diz respeito a outra coisa. E não apenas isso. Porque o que é proposto como conjunto de ações cientificamente engajadas, sob uma concepção de ciência bem delimitada, eficaz e segura, que garante saúde mental, não condiz nem com o atual estado das ciências, nem com a atual condição da política, por mais que carreguem, tal como o discurso da reforma psiquiátrica carrega, o selo da “reformulação” – o que também enseja uma compreensão nos termos de um interposto interdito, agora desde outras vias.

Dito de maneira mais clara, Aragão e Beatriz não são “doentes mentais”. São, outrossim, a manifestação de que são constantemente cobrados e convocados a lidarem com questões que nem seus pais, nem as ciências, nem a política foram capazes de lidar de maneira satisfatória em relação a si mesmos, porque são e estão intempestivamente deslocados e irremediavelmente lançados a liames irresolutos.

É POSSÍVEL UMA ÉTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE?

Que a questão da ética tenha se desmoronado junto às ciências e suas instituições, desde Nietzsche (1887; 1999) se tem claro. Uma ética da interdisciplinaridade não será capaz de se estabelecer a partir de valores que não se sustentam. Não que se queira mais forte, mas tão só que seria mais uma forma impositiva de existência. Por outro lado, uma ética da interdisciplinaridade pode ser displicente, como quando se joga fora o bebê junto à água do banho?

Vattimo (1991), partindo da ideia de vínculo (*verwindung*) de Heidegger, assume um tipo de atitude possível que incide na transição ou mudança estabelecida entre moderno e pós-moderno. Para o autor, trata-se de um tipo peculiar de relação com “o que é”, “não podendo mais ser”. *Pietas*, como denomina a atitude, é um modo de aceitação das próprias marcas, na assunção de um vínculo que é livre e rememorativo, e que assume o lugar perdido na forma de atenção devota e de respeito. Segundo o autor, é uma maneira de se manter ligado ao passado, como que dele se despedindo. Não se propõe a resolver a situação em que se vê lançada. Seu alcance, se é que é possível a utilização deste termo, se dá pelo “permitir falar” (tal como à Lia), na rememoração *per se*.

No entanto há que se levar em consideração um outro aspecto da interdisciplinaridade, qual seja: aquilo que no trato com seus liames e impasses a coloca em relação com a complexidade. Não complexidade entendida em seu sentido de “complicação”, a que se remete a espera de um cálculo como que “resolutivo”. Mas complexidade em seu sentido ontológico, apresentado por Michel Serres (1991, 1993), como sensibilidade.

Uma ética da interdisciplinaridade precisa se haver com a abertura a sentidos opostos, destoantes e conflitantes. Nos termos do autor, com uma capacidade de oscilar em todas as direções, de estar aqui e lá ao mesmo tempo. Uma sensibilidade que acolhe também a angústia do não saber, misturando-se a ele. Uma complexidade assim entendida, isto é, como uma ontologia e uma ética, assume a contemporaneidade e a própria existência na positividade da não-significação.

Quando Lia saiu da sala de atendimento, deu-se conta, e só então se deu conta, do que ocorrera. O ouvido lhe foi oferecido e o encontro aconteceu. Uma mediação de conversa com a adolescente e a mãe adotiva foi marcada. E o rosto que chegara curvado, saia rente ao horizonte. Lia existia. A internação de Aragão está por acontecer, mas conflita com a data de seu julgamento. O adolescente corre também o risco de reclusão em uma fundação casa. A internação de Beatriz ocorrera há meses. As intercorrências na abordagem somaram o suficiente para que durassem sete horas, e até hoje nenhum relatório foi enviado pela instituição responsável.

O contato com uma atuação em saúde mental direciona os gestos dos profissionais, os “cientistas” ou, mais comumente utilizado, os “especialistas”. Por vezes esses gestos são límpidos, emergidos de uma sensibilidade em ato, guiados pela peculiaridade de cada situação e de cada rosto. Por outras, são inflexíveis, descrentes, enxutos. Desta vez, não pelo encontro com cada rosto, mas por tudo aquilo que, fazendo-os reféns, se revela indigesto e os afeta no sentido de uma impotência conivente: tudo o que é passível de ser feito não é, e quiçá nunca será, suficiente.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos* (G. A. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1944)
- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua 1* (H. Burigo, Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original publicado em 1995)
- Agamben, G. (2009). *O que é o Contemporâneo? e outros ensaios*. (V. N. Honesko, Trad.). Chapecó, SC: Argos. (Original publicado em 2007)
- Almeida, N. C. M. (2019). *Da Religação Interdisciplinar à Religação Ontológica: percursos de uma tentativa de reaproximação entre conhecimento e vida*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Limeira.
- Amarante, P. (1995). *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- Beck, U. (2011) *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade* (Nascimento, S., Trad.). São Paulo: Editora 34. (Original publicado em 1996)
- Foucault, M. (1978). *História da Loucura na Idade Clássica* (Netto, J. T. C., Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1961)

- Heidegger, M. (2012). *Ser e Tempo*. (Castilho, F., Trad.). Campinas: Ed. da Unicamp. (Original publicado em 1927)
- Kuhn, T. (1975). *A Estrutura das Revoluções Científicas* (Boeira, B. V., & Boeira, N., Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1962)
- Latour, B. (1994) *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica* (Costa, C. I., Trad.). Rio de Janeiro: Ed. 34. (Original publicado em 1991)
- Nietzsche, F. (1999). *A Genealogia da Moral: uma polêmica* (Souza, P. C., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1887)
- Pripogine, I., & Stengers, I. (1991). *A Nova Aliança: metamorfose da ciência*. (Faria, M., & Trincheira, M. J. M., Trad.). Brasília: Editora UnB. (Original publicado em 1984)
- Ricoeur, P. (1994). *Tempo e Narrativa*. (Cesar, C. M., Trad.). Campinas, SP: Papyrus. (Original publicado em 1983)
- Santos, B. S. (2003) *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. São Paulo: Graal. (Original publicado em 1989)
- Santos, B. S. (2008) *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1987)
- Serres, M. (1993). *Filosofia Mestiça* (Estrada, M. I. D., Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1991)
- Vattimo, G. (1991). *Ética de la Interpretación* (Oñate, T., Trad.). Barcelona: Paidós.

Nota sobre a autora:

Nara Cristina Moreira Almeida – Possui graduação em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. Atua como psicóloga existencial fenomenológica na área de saúde mental do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Colaboradora do NOMEAR – Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia do Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR/FCA/Unicamp). E-mail: naracmalmeida@gmail.com.

Recebido em: 20/01/2019
Aprovado em: 20/03/2020